



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 066

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	0729

TAQUIGRAFIA

ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 30 de abril de 2014

Presidência do Sr.
Zequinha Araújo -Deputado

Secretariado pela Sra.
Professora Stella - Deputada

(Às 09 horas e 30 minutos é aberta a Sessão)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Brito do INCRA - PSD, Cesar Licório (PSL), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Jaques Testoni (PSD), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Prof. Stella (PR), Ribamar Araujo (PT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Edson Martins (PMDB), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP) e Saulo Moreira (PDT).

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 20ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura.

Solicito à senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

A SRA. PROFESSORA STELLA (Secretárias ad hoc) –
Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura do Expediente recebido.

A SRA. PROFESSORA STELLA (Secretária ad hoc)) –
Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Requerimento do Deputado Edvaldo Soares, justificando sua ausência nas Sessões ordinárias dos dias 22 e 23 de abril de 2014.

02 – Requerimento do Deputado Luizinho Goebel, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 22 e 23 de abril de 2014.

03 – Ofício s/n – Partido da República, comunicando que a Comissão Executiva decidiu que a Deputada Professora Stella foi escolhida Líder da Bancada do PR.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO (Presidente) – Passemos às Breves Comunicações.
Não há oradores inscritos.

Passemos ao Grande Expediente. Também não há oradores inscritos.

Senhoras e Senhores Parlamentares, em cumprimento a disposição regimental, comunico que não há Matérias a serem anunciadas na Ordem do Dia desta Sessão.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças.

Não há oradores inscritos.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito a Sra. Secretária que proceda à leitura das Proposições recebidas.

A SRA. PROFESSORA STELLA (Secretária ad hoc) –
Procede a leitura das Proposições recebidas:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – DEPUTADO BRITO DO INCRA que concede medalha de Mérito Legislativo ao Sr. Manoel Cipriano do Nascimento (Manoel Serra);

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – DEPUTADO BRITO DO INCRA que concede medalha de Mérito Legislativo a Sra. Andreia Caetano Celestino;

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – DEPUTADO BRITO DO INCRA que concede medalha de Mérito Legislativo ao Dr. Júlio César da Rocha;

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – DEPUTADO BRITO DO INCRA que concede medalha de Mérito Legislativo ao Sr. Aníbal Martins Neto;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES que indica ao Exmº. Sr. Governador do Estado de Rondônia, através do Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia, a inclusão do Distrito de Nova Dimensão do município de Nova Mamoré no Programa Mão Amiga;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, que indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da operação tapa buraco no trecho da BR 364 ao município de Rio Crespo-RO;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da operação tapa buraco no trecho da BR 364 ao município de Alto Paraíso-RO;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, que indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da operação tapa buraco no trecho da BR 364 ao município de Cacaulândia-RO;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, que indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da operação tapa buraco no trecho da BR 364 ao município de Governador Jorge Teixeira-RO;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, que indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da operação tapa buraco no trecho da BR 364 ao município de Cujubim-RO;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia a Secretaria Estadual de Saúde – SESAU, a necessidade de se realizar campanhas de acolhimento e orientação quanto ao agendamento de consultas, procedimentos cirúrgicos e exames de alta complexidade nas Unidades de Saúde Estadual;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Poder Executivo Estadual que firme convênio/parceria com a Prefeitura de Porto Velho, no sentido de auxiliar na manutenção das vias próximas ao hospital João Paulo II;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Exmº. Sr. Governador do Estado Confúcio Moura, com cópia a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, a necessidade urgente da recuperação da malha asfáltica das ruas de Porto Velho que foram danificadas para a implantação da rede de distribuição de água tratada e esgoto;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Ministério Público do Estado de Rondônia que venha a interceder junto ao Governo do Estado de Rondônia a fim de se propor soluções que visem atender aos aprovados em concurso público que se encontram no período de validade, em especial SEJUS, SESAU, SEDUC, DER, a fim de se garantir a nomeação dos aprovados de acordo com o número de vagas disponíveis em edital;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Exmº. Sr. Governador do Estado Confúcio Moura, com cópia a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, a necessidade de se realizar saneamento básico nos bairros, Nova Porto Velho e Agenor de Carvalho, no município de Porto Velho;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Exmº. Sr. Governador do Estado Confúcio Moura, com cópia a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, a necessidade de se realizar manutenção da Rede de Esgoto e água das ruas, Barão do Rio Branco e José Bonifácio, localizadas na região central do Município de Porto Velho.

Lidas as Matérias, Sr. Presidente.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO (Presidente) – Solicito a Sra. Secretária que proceda à leitura dos requerimentos a serem apreciados.

A SRA. PROFESSORA STELLA (Secretária ad hoc) – Não há Requerimentos a serem apreciados, Sr. Presidente.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 08 de maio no horário regimental, ou seja, às 15 horas, e comunico a realização de Sessão Solene de autoria do Senhor Deputado Ribamar Araújo, em homenagem ao Dia do Escoteiro, às 15 horas, neste dia 30 de abril do corrente ano.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 9 horas e 54 minutos).

**ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 8ª LEGISLATURA.**

Em 28 de abril de abril

**“PARA DEBATER SOBRE O ASSUNTO TOLERÂNCIA ZERO –
TODOS CONTRA A VIOLÊNCIA”.**

Presidência do Sr.
Euclides Maciel - Deputado

O Sr. Lenilson Guedes - Mestre De Cerimônias.

(Às 14 horas e 55 minutos é aberta a Audiência)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Boa tarde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo o Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, Euclides Maciel, realiza nesta data, Audiência Pública objetivando debater sobre o Projeto de Lei que estabelece o Dia Estadual da Tolerância Zero – “Diga Não à Violência” e criar políticas públicas para tentar minimizar e repugnar todas as formas de violência contra as pessoas.

Para compor a Mesa, convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Euclides Maciel; o Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Carlos dos Reis, Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania; Senhor Cel. PM. José Hélio Cisneiros Pachá, representando o Comando Geral da Polícia Militar de Rondônia; Dr. Uelinton Felipe Azevedo de Oliveira, membro da Comissão de Direitos Humanos, representando a Ordem dos Advogados do Brasil; Excelentíssima Senhora Maria da Penha, Superintendente Estadual de Promoção da Paz e a Senhora Betânia Cristina Souza Assis, Diretora do Centro de referência que atende a mulher vítima de violência.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre o Projeto de Lei que estabelece o Dia Estadual da Tolerância Zero – “Diga não à Violência”, e criar políticas públicas para tentar minimizar e repugnar todas as formas de violência contra as pessoas.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia,

Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Boa tarde. Primeiramente, quero agradecer a presença de todos, ao Dr. Reis, Dr. Antônio Carlos dos Reis, Secretário de Estado de Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC, que assumiu há poucos dias, mas não é indiferente ao caso, porque é conhecedor da realidade do Estado de Rondônia, que já vinha trabalhando dentro da própria SESDEC. Obrigado pela presença, Dr. Reis; o nosso Cel. PM. Roberto Pachá, representando, inclusive o Cel. Pretz, que é o Comandante, hoje, e que trabalhou conosco aqui na Assembleia também, representando o Comando Geral da Polícia Militar; Dr. Uelinton Felipe Azevedo, Membro da Comissão de Direitos Humanos, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, inclusive, essa Comissão de Direitos Humanos da OAB tem feito um grande trabalho e às vezes quase não é divulgado, mas, ela tem se posicionado em todo, em defesa dos que mais precisam, a OAB por intermédio dos Direitos Humanos tem feito; saúdo a Maria da Penha, Superintendente Estadual da Promoção da PAZ – SEPAZ. Obrigado Penha, pela presença; a Senhora Betânia Cristina Souza, Diretora do Centro de Referência que atende a mulher vítima de violência; Saúdo a todos os presentes, meu particular amigo Isaú Fonseca, de Ji-Paraná que está aí também presente, obrigado Isaú, empresário e todos os presentes, a imprensa, lembrando que neste momento nós estamos falando para o Brasil e para o mundo já que estamos neste momento também ao vivo para que possamos ter esta Audiência Pública, que às vezes mostrando isso as pessoas podem dizer: tem pouca gente. Não. É muita gente que está acompanhando esta Sessão neste momento e que deveremos tomar umas posições aqui. Eu vou passar para o Mestre de Cerimônias, mas eu gostaria que nós déssemos uma mudada hoje, porque Audiência Pública onde as autoridades falam e o povo não fala não é Audiência Pública. Eu acho que nós temos que começar ouvindo o povo e depois as autoridades falarem. Então, nós vamos mudar um pouquinho, mas para isso nós tivemos que regulamentar, já que teremos casos, não apenas do Moisés que queremos saber onde está o Moisés, o que é que foi com o Moisés, também o caso da Raissa e outros casos que temos aí e que deveremos pelo menos, dentro desses casos termos alguma posição referente a isso. E aqui estão as autoridades competentes. Eu volto com o Mestre de Cerimônias, então, só para dizer que, pedir as autoridades presentes, se puderem, para que possamos falar, nós temos que ouvir primeiro com três minutos dados a cada um para que possa falar alguma coisa, um representante da família e parece que a Mara Valverde que coordenou todo esse evento; Mara, eu acho que já deve ter até os nomes. Então, eu volto ao Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Queria cumprimentar, em nome de Sua Excelência, o Senhor Deputado Euclides Maciel; a Senhora Delegada Leisaloma Carvalho,

Delegada de Homicídios. Dra. Rosilei de Lima, Delegada de Polícia do 2º DP. Tenente Almeida, representante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva; Aspirante Andressa Carla, representando a Base Aérea de Porto Velho; senhora Almerinda Ribeiro da Silva, Conselheira representando a FEROM; senhor Odair Calado, representante do jornal O Povo em Alerta; senhoras e senhores Psicólogos; Assistentes Sociais; Educadores; Centro de Referência para o atendimento das mulheres vítimas de violência; Professora Verônica Batista Nascimento, representante da ULBRA; senhora Maria do Socorro Forte de Oliveira, Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, representando o Instituto Laura Vicuña; familiares da Raissa, vítima de violência; familiares do senhor Moisés, vítima de violência.

Antes, senhor Deputado Euclides Maciel, de convidarmos as pessoas a falarem, peço permissão a Vossa Excelência para que possamos assistir a um vídeo instituído pelo seu gabinete sobre a temática desta Audiência Pública.

(EXIBIÇÃO DE VÍDEO)

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente)- Olha é um pequeno vídeo que nós aprontamos hoje, mas como está sendo filmado e está passando agora, eu gostaria de convidar as pessoas que estão aí para preencherem as cadeiras aqui para a gente ter uma amostra de que estamos com a Casa cheia. Então eu quero pedir ao pai da Naiara que está aí, aos demais, o Isaú, meu amigo Isaú, empresário; sentem aí para acompanhar e as pessoas que puderem para preencherem essas cadeiras que estão aqui, para que possam ficar, mostrar para os nossos telespectadores o interesse desses que estão aqui. Porque aqui não é apenas quantidade, o nosso interesse é na qualidade que será transmitido depois aos demais. E aqui estão, sem sombra de dúvida, muitas pessoas vítimas, é claro que isso aqui não é um décimo de pessoas que foram vítimas ou que são vítimas. Então, como nós dissemos, eu quero pedir autorização às autoridades aqui da Mesa e ouvir três, o senhor Antônio Ozias, sobre uma ameaça, da qual ele tem procurado a Comissão dos Direitos Humanos. Ele está aqui, o senhor Antônio? se o senhor Antônio estiver aqui, faz favor, senhor Antônio. Pode usar o microfone senhor Antônio. Lembrando a todos que nós estamos estipulando um tempo de até três minutos ou até cinco minutos no máximo. Então pedimos às pessoas falar, usar o microfone que as autoridades estão ouvindo. Senhor Antônio Ozias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Deputado Euclides Maciel, só para cumprimentar o Inspetor Raimundo Olavo Silveira de Magalhães, representante da Polícia Rodoviária Federal e o doutor Breno Mendes, advogado da família Raissa.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente)- Obrigado, doutor Breno.

O SR. ANTÔNIO OZIAS – Senhoras e senhores, meu nome é Antônio Ozias, sou morador... eu morei vinte e oito anos num bairro chamado São Sebastião I, esse bairro sempre foi

dominado pelo tráfico de drogas. Eu e outros moradores, nós sempre tivemos problemas com os traficantes, éramos aqueles que não aceitavam o comando dos traficantes, até que em 2008, eu aluguei minha casa para a Associação da Polícia Federal. Segundo informações dos policiais, eles foram lá para pegar o traficante grande, o que entregava droga em grande quantidade, a polícia Federal entrou com três viaturas, doze homens com os bicos das metralhadoras tudo de fora, o bairro ficou limpo, naquele dia não teve mais venda de droga no bairro, na entrada do bairro. Quem conhece o bairro São Sebastião I, sabe disso. Quando eu comecei a ser perseguido por eles, orientado pelos Policiais Federais eu fui registrar uma ocorrência lá na delegacia. Antes de qualquer coisa eu me coloquei à disposição para esclarecer qualquer coisa que eles quisessem. O policial Rubens Aparecido me colocou como menor de idade, apesar de estar com meus documentos. Eu passei a ser perseguido por quatro viaturas da Polícia Militar, um gol, uma caminhonete e uma Paraty até um Finger do Corpo de Bombeiros. O major Torres, na época ele era daqui do 1º Batalhão, ele sabe dessa história, tem depoimento dele. O mais assustador foi o que aconteceu no Ministério Público do Estado de Rondônia, todas as decisões do Ministério Público do Estado de Rondônia, foram para esconder isso, todas, sem exceção. Está tudo documentado tudo documentado aqui, existe um processo desde 2008. O Promotor Alan Castiel que foi o último Promotor a investigar esse caso, ele arquivou o processo baseado num informe da Polícia Militar que sequer fala no Bairro São Sebastião I. Está aqui comigo o documento da Polícia Militar, eu entrego para o senhor depois, mas se der, é só procurar o Ministério Público, sabe. Eu nunca pedi proteção ao Ministério Público, nunca pedi proteção, eu pedi o esclarecimento, isso aqui, tudo isso aqui com o conhecimento da Polícia Federal. Eu gostaria de ler aqui, apesar do tempo ser curto, um documento de um morador, de um comerciante, chamado Gesse. Aqui diz o seguinte: “Aos 29 dias do mês de junho de 2013, por volta das 15 horas 15 minutos, no gabinete da 20ª Promotoria de Justiça de Porto Velho, presente o Promotor de Justiça Dr. Alan Castiel Barbosa, compareceu o Sr. Gesse Almeida de Oliveira, brasileiro, comerciante, filho de José Januário de Almeida e Maria José de Oliveira, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 3114, Bairro Embratel, Porto Velho, compromissado a dizer a verdade. Respondeu: Há 21 anos, aproximadamente, eu tenho um comércio denominado “Comercial Lago Minas”, localizado no Bairro São Sebastião I. Conheço de vista o Senhor Antônio Ozias Carvalhosa. Ressalto que não tenho nenhum tipo de amizade com ele. Apenas sei que ele frequentava meu comércio de vez em quando e fazia compra de mercadorias. Sei que Antônio Ozias tinha uma residência nesse bairro, e por motivos que desconheço ele saiu desse local. Também sei que ele aluga a mencionada residência. O senhor Antônio, sempre foi um bom freguês e nunca me deu nenhum tipo de problema. Quanto aos fatos que estão sendo apurados neste procedimento, lembro que o senhor Antônio já reclamou comigo, que já havia sido perseguido por traficantes do Bairro São Sebastião I. Entretanto, o senhor Antônio, nunca mencionou nenhum nome de suspeitos que estariam lhe perseguindo. Também o senhor Antônio, nunca me falou nada de perseguição de policiais. Nunca vi nada nesse

sentido, apenas soube aquilo que Antônio me falou. Quero ressaltar que este bairro era violento no passado, antes da Polícia Federal entrar lá". Antes da Polícia Federal entrar lá os traficantes faziam o que bem queriam. "Cheguei a ser assaltado por vinte e seis vezes em um único mês. Eu cheguei a um ponto de nem registrar mais ocorrência porque não tinha jeito." Chamar a Polícia Militar e a Polícia Civil, não tinha jeito. Está aqui, documentado. É só procurar o Ministério Público. Ou seja, veja bem, uma coisa que chamou a atenção dos policiais federais, quando eles estiveram lá no bairro, foi à quantidade de viatura que existia da Polícia Civil e da Polícia Militar dentro do Bairro São Sebastião I. São Sebastião I, para quem conhece, é um bairro pequeno. Até 2008, antes da Polícia Federal ir para lá, os traficantes faziam o que bem queriam. Devido o tempo ser curto, não teria como eu ler, acho que isso daqui seria o suficiente. Agora, uma coisa eu digo, isso eu falei para o Dr. Alan Castiel: todas as tentativas do Ministério Público, eles protegeram, eles esconderam isso aqui. Eu cheguei a ser impedido, na Casa da Cidadania, de entregar documentos para uma assessora chamada Patrícia, por duas vezes. Olha, eu sei que tenho pouco tempo, mas aqui, o motivo do pedido de arquivamento do Dr. Alan Castiel, está aqui e diz o seguinte: "importante frisar que, na tentativa de identificar o traficante 'banana', o Ministério Público determinou a realização de diligências através do serviço de inteligência da Polícia Militar. O relatório da inteligência da PM identificou quatro pessoas que usam esse apelido. Entretanto, nenhum deles com atuação na área do Bairro São Sebastião I". O senhor me permita, eu vou pegar aqui o informe. Aí, é esse aqui. Nós fomos lá rebater essa coisa aqui. Esse foi prestado ao subtenente Jowelber da Silva Paixão: De livre e espontânea vontade o comunicante, sabendo ler e escrever relatou o seguinte: Já realizei diversas comunicações de ocorrências relativas aos fatos narrados nos documentos, entreguei cópias neste ato, e que devido às denúncias foi aberto processo de apuração pelo Ministério Público. Ocorre que este processo foi arquivado pelo MP, baseado no relatório Reservado da Polícia Militar. Informa o número, tal, tal, e continua: "Venho nesta data solicitar que seja reavaliado todo o relatório citado, uma vez que aparentemente não existe nenhuma referência neste documento que se refira ao Bairro São Sebastião I". Ou seja, o Promotor Dr. Alan Castiel arquivou o processo baseado no Relatório que não faz nenhuma referência ao Bairro São Sebastião I, nenhuma. Fala de Ji-Paraná, fala do Urso Branco, fala tudo, menos do bairro. Aí, acho que esse aqui é o suficiente, não precisa falar mais nada. Está tudo aqui, orientado também por outras autoridades, inclusive, autoridades federais, mandaram eu dar ciência... Olha, esse daqui é importante porque eu vou falar do Procurador Geral.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Eu gostaria o seguinte, porque eu mais ou menos entendi o seu caso. Tanto é que nós ficamos... mas eu fiquei sabendo agora que nós temos três casos que estão aí, o senhor Moisés, da Raíssa e outro, mas é um caso a ser discutido e ser olhado. Pelo que eu entendi... deixa eu ver se eu entendi, até porque tem aqui o Secretário de Segurança, Polícia Militar, OAB. Eu só não consegui

entender, por exemplo, essa denúncia que o senhor faz, seria uma denúncia, o senhor pede uma proteção? Ou o senhor gostaria que fosse... porque foi arquivado pelo Ministério Público, pelo o que o senhor falou.

O SR. ANTÔNIO OZIAS – Não, não. O que acontece é o seguinte: veja bem, quando a gente v... eu morei 28 anos no Bairro São Sebastião. O tráfico de drogas muito forte, muito pesado, onde os traficantes fazem o que bem querem, você denuncia. Antes de qualquer coisa, eu deixo bem claro que eu abri mão de sigilo telefônico, sigilo bancário, todo tipo de coisa que o Ministério Público... eu nunca recusei de responder uma pergunta do Ministério Público, da Polícia civil, em qualquer lugar. Três policiais: Neiva Cordeiro da Silva, Nélcio não sei o quê, Policial Civil, deram um relatório que isenta essa pessoa. Todas as tentativas de esclarecer isso, todas.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Mas o pedido seu aqui, para esta Comissão de Direitos Humanos e as autoridades, qual é?

O SR. ANTÔNIO OZIAS – É o seguinte, desde essa época eu venho sofrendo ameaça, velada, por policial civil e por policial militar...

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Mas continuam as ameaças?

O SR. ANTÔNIO OZIAS – Continuum. Não parou. Nada parou. Agora, eu quero deixar bem claro para o senhor... aqui tem membro representante do Ministério Público?

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Foram convidados.

O SR. ANTÔNIO OZIAS – Mais tem?

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Não. Eu acho que temos a OAB.

O SR. ANTÔNIO OZIAS – Mas eu lhe garanto, vejam bem, todos os senhores que estão aqui presentes, todas as decisões do Ministério Público, eu liguei para o Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília. Eles me deram a seguinte orientação: se a Polícia Civil está envolvida nisso, está protegendo; se a Polícia Militar também e o Ministério Público, o senhor procure a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, porque pode ser pedido a intervenção do Estado de Rondônia. Porque a obrigação do Ministério Público seria esclarecer a meu favor ou desfavor. Eu fui lá e me coloquei à disposição e falei: está acontecendo isso, isso e isso. Existe depoimento de policial e eles mandaram nós procurar a Corregedoria da Polícia Civil e da Polícia Militar, porque não tinha como um bairro pequeno daquele ali, os traficantes fazerem o que bem quisessem com aquele tanto de viatura lá dentro do bairro. Não tinha como, o senhor está entendendo? A Polícia Federal entrou num dia com três viaturas, no outro, no mesmo dia, já não teve venda de droga no bairro.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Eu até gostaria que o senhor pudesse vir conosco, quarta-feira aqui. Nós vamos nos reunir, a Comissão dos Direitos Humanos com o senhor. O Deputado Ribamar chegou. O Deputado Ribamar é Vice-Presidente da Comissão. Muito obrigado, Deputado Ribamar. Já temos o Deputado Federal Marcos Rogério, o qual gostaria que compusesse a Mesa, Deputado Federal Marcos Rogério, que é o nosso convidado. E gostaria de lhe convidar, até por que esse é um assunto que não pode ser discutido em cinco minutos ou dez minutos. Nós precisamos de mais tempo com o senhor. Porque se tivermos que tomar qualquer atitude, solicitando... não é isso, doutor? Acho que nós precisaríamos nos inteirar melhor no caso, até convidaríamos a OAB, com o representante da OAB que está aqui, dos Direitos Humanos, para ouvir o senhor um pouquinho, com mais detalhes. Que a gente possa... porque se está arquivado, para se reabrir um processo, teria que existir, no mínimo, novas provas. Acho que é isso, mais ou menos.

O SR. ANTÔNIO OZIAS – Agora, o senhor me desculpe, mas os arquivamentos que aconteceram, foram arquivamentos tipo assim: suspeito. Por exemplo, o Dr. Alan Castiel, está documentado. Aqui diz o seguinte: “o serviço de inteligência da Polícia Militar não identificou nenhum ‘banana’ no Bairro São Sebastião I”. Eu lhe afirmo que o documento que eu recebi da Tais Tomazini, que é assessora da 20ª Promotoria, eu li lá na frente do subtente Paixão, na hora que eu fui prestar esse depoimento aqui, a não ser que eles alteraram, mas não fazia nenhuma referência ao Bairro São Sebastião I. O Relatório falava de Ji-Paraná, falava de Urso Branco, do São Sebastião, não.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Então eu gostaria de lhe convidar, Dr. Ribamar, nosso Deputado, que estivesse na quarta-feira na nossa Sessão da Comissão dos Direitos Humanos, o senhor que é o Vice-Presidente, e nós debatêssemos com ele, porque agora não tem como, precisamos entender melhor a situação. Vamos nos para discutirmos, ele vai nos dizer, vamos entender melhor. Nós vamos tentar convidar a OAB, que está aqui conosco, o doutor da OAB, se ele pudesse nos auxiliar nesse dia, até por que é advogado, representa os Direitos Humanos da OAB, Dr. Uelinton, se pudesse nos auxiliar na quarta-feira, às 09 horas da manhã e alguém da PM se puder também, Coronel, ou pelo menos nós ouvirmos o senhor primeiro e depois, quarta-feira, às 09 horas, pode ser Deputado Ribamar? Todos, então? Está certo?

O SR. ANTÔNIO OZIAS – Muito obrigado. Agradeço a todos. Obrigado.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Eu gostaria que viesse, são 08 horas, quarta-feira, senhor Antônio. Eu gostaria que viesse alguém da PM, Comandante. Que viesse alguém da PM, a OAB vai estar presente. Mara, era interessante que convidasse alguém do Ministério Público, para que pudesse pelo menos participar para darmos uma resposta ao senhor Antônio.

Eu queria só agradecer ao Deputado Federal Marcos Rogério, foi convidado e está presente, muito obrigado Marcos Rogério; agradecer ao César Licório, Deputado Estadual, estava aqui e teve que se retirar, mas o Vice-Presidente Ribamar Araújo nosso companheiro e que tem feito tudo aqui.

Para falar do Moisés, o caso Moisés quem não sabe é o caso daquele funcionário da SEDUC, eu acho que a maioria lembra daquele caso, ele estava no barco e de repente sumiu do barco e até hoje não se sabe, não se diz, não se tem posição: “Ah! mas ele pulou atrás de uma voz de uma mulher”. “Ah! ele fez denúncia que tinha corrupção”. Enfim, a família quer satisfação do Moisés, e para falar dele a Senhora Marilza Rodrigues Lima, irmã dele, vai falar então, tem três minutos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto isso, vou registrando a presença da Senhora Alessandra Mendes de Souza, Conselheira de Assistência Social e vice-presidente da Associação do Bairro Tancredo Neves; Ezequiel Silva, representando a Associação Beneficente Resgatando Vidas – ABRV; Senhora Raimunda Nonata Ribeiro, Ilê Axé Ogum da Julecã; e o Senhor Sebastião Leitão Sabiá, representando o Conselho Escolar do Instituto Carmela Dutra.

A SRA. MARILZA RODRIGUES LIMA – Boa tarde a todos as autoridades presentes e a esta comissão. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Secretário de Segurança do Estado, que a família já reivindicou várias vezes que este inquérito vá para a Homicídios, porque existe uma portaria que diz que todo desaparecimento, todo crime tem que ser investigado pela Delegacia de Homicídios. Agora, porquê a 1ª Delegacia insiste em levar esse inquérito à frente? Já tem um ano e quatro meses e não nos dá uma satisfação, não nos dá uma resposta, e nós precisamos de uma resposta, foi um funcionário público, foi um pai de família. Eu estou com a minha mãe ali, ela tem 80 anos, ela precisa dessa resposta, o meu pai morreu com quase 90 anos com depressão e não conseguiu saber da morte do Moisés, e a morte do Moisés não tem mistério nenhum, não precisa ser especialista para desvendar a morte do Moisés, não. Porque nós já estivemos correndo esse Baixo Madeira aí, foram doze vezes... e o que mais nos magoa é que até hoje a SEDUC nunca nos mandou uma nota de pesar para nos dizer “a gente lamenta a morte do funcionário”, será que ele serviu só para trabalhar? Nós queremos uma resposta. O Dr. Paulo Kakionis, com todo respeito que eu tenho pela Polícia Civil, ele impediu a nossa ida, um membro da família, quando foi para fazer a reconstituição, por quê? Ele havia liberado e depois proibiu e não deu satisfação a ninguém. Tem alguma coisa de errado nessa estória. Nós queremos justiça, nós não vamos nos calar enquanto as autoridades não nos responderem o porquê mataram o Moisés. Até mesmo porque ele trabalhava num ambiente onde havia muitos furtos, toda imprensa sabe disso, toda sociedade sabe disso, porque não querem nos responder pela morte dele? Então, com todo respeito ao senhor Secretário, nós pedimos, vou pedir mais uma vez, que esse inquérito saia da 1ª Delegacia e vá para a Homicídios para que teme outro rumo.

Muito obrigada.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – São reivindicações da família. Eu acho que sua mãe está aí, não é? Sim, está lá. Daqui a pouco o Secretário de Segurança responde a pergunta da senhora, e fala o que pode ser feito nesse pedido da família. Nós queremos ouvir a Mara Valverde que foi a anfitriã, que organizou quase todo esse evento, Deputado Ribamar, foi ela que esteve na frente e a Mara pode falar alguma coisa referente a esse encontro também.

A SRA. MARA VALVERDE – Boa tarde a todos.

Como cidadã, filha desta terra que faz 100 anos, Porto Velho, como servidora desta Assembleia e como ativista feminista e feminina, eu quero colocar aqui, e vendo nossas companheiras mulheres, delegadas, os homens, as autoridades presentes, é um momento ímpar, é difícil a gente falar ainda dessa lei, criar uma lei, mais uma lei sendo criada, a Lei Maria da Penha, como esse livro que vocês tem aí tem várias leis, não dá para especificar, mas está aí, é importante para ajudar na universidade, na escola, porque uma das coisas, Deputado... eu vim para contribuir nessa Comissão de Direitos Humanos na prevenção, que é o melhor remédio, e os gastos que a sociedade, que o Governo tem se souber trabalhar a prevenção, ele economiza muito, e a gente jamais, eu jamais quero que na minha família, apesar que o meu marido morreu de acidente, é uma outra forma de violência, mas não é como ser vítima de violência como morrer. Como hoje se fez uma campanha estadual, está no facebook, “Eu não quero morrer, não quero ser assassinada”, que ontem no Programa Esquentado, foi colocado, e aí o Deputado Federal Marcos Rogério, que está aqui, acredito que possa levar para Brasília também, fazer valer essa lei que é estadual, mas falar do seu Estado, sei da sua atuação. O Secretário de Segurança que assumiu há poucos dias, mas é Adjunto e sabe desse trabalho, também, pode fazer essa conscientização de prevenção como os parceiros que estão aqui, a própria Polícia Militar que está aqui também, que sempre tem a capacitação para que a gente possa dizer NÃO à violência, que a gente possa não estar aqui falando sobre essa situação, mas que a gente possa ter, não é deputado, com uma comissão e eu agradeço esse momento. Já estou concluindo. Que possamos ter paz, nós temos a nossa Secretaria da Paz, não é Secretária Penha? falando isso, falando NÃO às drogas, NÃO à violência urbana, NÃO no bairro, NÃO a qualquer tipo de violência... se deixarmos aqui vamos ter vários momentos. Mas eu gostaria que com essa lei, para concluir, que fizéssemos igual a da Maria da Penha, que seja cantada, que ela seja para dizer NÃO, para que possamos em nível de Estado essas notícias que temos todos os dias não seja sobre isso, mas, seja, por uma cultura de paz, oportunidades para mulheres e homens, oportunidade para o nosso futuro presente, que são os nossos filhos e os nossos netos. Então, muito obrigada por este momento, e eu como filha desta terra que amo, por ser mulher negra, eu digo e quero que vocês também digam NÃO à violência, a qualquer forma de violência. Que essa lei... possamos ter sempre ela e as outras que estão aí nesse livro, para que haja prevenção e justiça para todos esses casos que estão sendo elencados aqui e para os que virão.

Obrigada.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Obrigado Mara. Inclusive essa Lei, Projeto de Lei 1199/14 institui 28 de abril, dia Estadual da Tolerância Zero, Diga Não a Violência. Ontem quem assistiu o Fantástico, garanto que quem é mãe ou pai deve ter saído lágrimas quando viu o caso do menino lá do Rio Grande do Sul, quando mostraram que usaram até soda para dissolver o menino e não aparecer. Isso partindo de uma madrastra com o apoio do pai, não adianta dizer que não, que tem sim senhor, porque se um pai vê o filho sofrer, não sei se pode ser chamado de pai, não é?

Queremos ouvir agora a representante, a FEROM, Federação Rondoniense das Mulheres, a senhora Almerinda Ribeiro da Silva, Conselheira.

A SRA. ALMERINDA RIBEIRO DA SILVA – Boa tarde, Autoridades compostas, todos os presentes.

Eu estou aqui representando a FEROM, e eu fico às vezes muito triste porque eu já passei por alguns problemas de violência, eu não vou relatar o quê, porque violência é violência, não precisa ser especificada, é violência. Mas eu só digo para vocês que eu estou aqui, e a pedido de várias amigas, várias pessoas que passam tantos problemas eu mesma procurei a Delegacia da Mulher nos fins de semana e nos feriados, e depois das seis horas, nós fomos atendidas apenas por um policial. Onde estão as autoridades, aquelas pessoas competentes que não nos atendem? Eles não podem resolver os nossos problemas. Então, eu peço às autoridades, vocês vejam, a delegacia tem que funcionar aos fins de semana, porque depois das seis horas nesse horário, são horários que no final de semana tem mais brigas de casais, violência. Então, eu peço a vocês que pensem bem, e façam com que a Delegacia da Mulher funcione também nos finais de semana, porque não pode, por que a maior índice de violência é nos finais de semana, porque tem muita bebida, muita droga. Gostaria de pedir esse apoio a você. Eu sou uma nordestina e estou aqui há trinta anos e já sofri muito por causa disso... eu estou pedindo a vocês revejam essa situação.

Outra coisa que eu quero também relatar, é que eu moro no Bairro Embratel, e estou trancada dentro da minha casa quase sem sair, com medo. Eu moro perto do Shopping, Porto Velho Shopping, e ninguém está podendo nem ir ao Shopping com tanta violência, com ladrão, a minha casa já assaltaram duas vezes. Está com quinze dias que o meu filho quase ia morrendo, ele ia saindo no carro e o vizinho do lado ia saindo também, e o ladrão pegou o meu vizinho e ele ainda falou com meu filho: “oi cara boa noite”! Quando meu filho sai, dois caras em uma moto entraram e colocaram o pai e o filho no chão e disseram assim: “eu vou matar o seu filho”. Porque a mãe estava orando dentro de casa, e ele disse assim: “ela está chamando a polícia”. E aí, ele pegou e disse assim: “eu vou matar o seu filho”. Aí, ele ficou no meio dos caras e disse assim: “não mate o meu filho, pode me matar”. Gente, ele está, hoje se vocês quiserem ver, ele está na cadeira de rodas, um homem trabalhador. Então, qual a atitude tomada? Nós estamos aqui... Secretário de Segurança, que o senhor olhe bem aquele bairro, todos os bairros daqui de Porto Velho, há necessidade de ser olhado, a nossa polícia está muito pouca,

pelo amor de Deus, eu estou fazendo esse apelo, porque nós vivemos no maior terror naquele bairro! ninguém pode sair de casa, com tanto ladrão, as portas tem que ser o tempo todo trancada. Amanhã mesmo, eu vou colocar umas câmeras na minha casa, para eu poder sair e o meu filho poder sair de casa e voltar vivo para casa.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Muito obrigado. Olha, inclusive, desse assunto que a senhora falava, Presidente, hoje, nós mostramos ao meio dia o Bairro Ulisses Guimarães, Teixeira, os comerciantes todos eles atrás das grades para atender o povo, a maioria, de 20 comércios, 19 foram assaltados mais de cinco vezes. Então, os senhores calculem, eu nunca vi numa história dizer que um bairro inteiro está atrás das grades, enquanto deveria ser o contrário, quem tinha que está atrás das grades era o bandido e não o comerciante. Olha, tem mais uma pessoa a fazer o uso da palavra e depois, nós passaremos as autoridades que estão compondo a Mesa, até porque nós tivemos uma base já de alguns casos. Representando a Raissa, que é um caso diferente do Moisés, mas teve vítima, vítima em um ponto de ônibus, vítima de uma estudante, o pai dela está aí, mas quem vai representar para falar é o advogado da família, o Dr. Breno, que vai representar a família, mas eu vi o pai dela aí agora mesmo, ele está aí, está na porta. É o Dr. Breno que vai representar a família então, para falar o que ele pede as autoridades, já que o rapaz foi preso, mas hoje pelas informações que tem, ele está solto.

O SR. BRENO MENDES - Boa tarde, Senhor Deputado Estadual Euclides Maciel, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Boa tarde ao senhor Deputado Federal, Marcos Rogério, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Membro da Comissão dos Direitos Humanos Doutor Uelinton; Secretário de Segurança Pública, Comandante da Polícia Militar e demais membros da Mesa. Quero também cumprimentar a Tenente Almeida, a qual conheço como Professora Andréia, minha Mestra.

Em relação ao caso Raissa, nós como advogado, nós não queremos vingança, queremos simplesmente a justiça. Nós nesta data de hoje, quero fazer um convite a vocês, já tem data marcada, depois de dois anos para o julgamento do caso Raissa, então, o júri popular irá acontecer no dia 20, agora, no mês de maio, e é importante que toda a sociedade participe. Veja como vai acontecer. Por quê? Eu não quero entrar muito no mérito do caso, já houve uma ampla divulgação, e eu quero simplesmente que vocês participem. Vejam como a justiça vai ser feita e é isso que nós queremos. A família não quer vingança, os advogados não querem vingança, mas infelizmente Porto Velho, Rondônia carecem de políticas públicas, é vergonhosa a forma que o Governo do Estado de Rondônia trata a segurança pública, é vergonhoso. Infelizmente não há planejamento, quando se fala em segurança pública no Estado de Rondônia, se fala em aquisição de viatura e em concurso público, mas não se fala em aumento de salários dos policiais militares, não se fala em preparação, não se fala em curso de direitos humanos e muito menos em relações humanas. É por

isso que infelizmente, nós estamos aqui falando de um caso da Raissa, mas nós temos inúmeros casos no nosso escritório. Do menino Lucas que foi assassinado dentro da casa dele em uma perseguição policial, sendo inocente e foi baleado dentro da casa dele. Então, pelo Poder Público, por um agente da Polícia Militar. Então é vergonhoso. Caso também recente, senhor Secretário da Segurança Pública, dos apenados que foram queimados lá no Ênio Pinheiro e agora está sendo reconstruído um presídio lá com as mesmas falhas que nós, a OAB, o Ministério Público já vínhamos comentando. Então, quero agradecer, eu estou muito surpreso com essa Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, é uma Assembleia que é atuante, por incrível que pareça, a comunidade reclama, reclama, mais essa Assembleia é atuante e participo, conheço bem a Assembleia, pelo menos há 16 anos, e posso afirmar para vocês que a Comissão de Direitos Humanos que mais trabalhou durante esses 16 anos é essa Comissão. Então, o Senhor Deputado Euclides Maciel, junto com o Deputado Ribamar Araújo, merecem todos os aplausos, e quero parabenizar realmente a iniciativa da criação do dia 28, hoje, Dia Não à Violência. Exatamente hoje eu estava no meu sítio, mais não podia recusar, eu fui convidado antes, aniversário da minha filha de 15 anos, infelizmente, praticamente a mesma idade da filha do senhor Manoel, a Raissa, que fui brutalmente assassinada por um covarde, psicopata e não vou nem usar essa palavra psicopata, porque o advogado de defesa dele vai utilizar querendo qualificar ele como doente mental, ele é um vagabundo como eu falei. O crime não pode passar do pai para o filho, cada um responde pelos seus atos. Mas, aquela família, é uma família de vagabundos, o pai é vagabundo, o irmão é vagabundo e aquele moleque safado é um vagabundo. Sem querer fazer vingança, nós iremos condená-lo exemplarmente no dia 20, nós vamos pedir a condenação que condena menores, nem somos nós, o juiz vai condená-lo, o júri popular vai condenar, vai aceitar isso. Então, com emoção neste dia da criação, que é o mesmo dia do aniversário da minha filha, o aniversário de 15 anos dela, vim para cá só prestigiar esse momento tão histórico, como a Mara Valverde, falou, um momento ímpar. É importante a sociedade está organizada, porque nós nos despertamos apenas quando acontece algo nas nossas famílias, quando acontece algo dentro do nosso seio familiar. Mas, a sociedade organizada, a sociedade civil organizada e também a militar, é forte. A partir do momento que nós começarmos a nos mobilizarmos cada vez mais, e era essencial que hoje essa plateia estivesse aqui lotada, que nós estivéssemos aqui toda a imprensa, e todos os sites, imprensa televisionada e escrita, porque tem que divulgar. A repercussão do caso Raissa, do caso Naiara, é importante, mas não só nesses casos porque várias meninas como aquela da Isabela Nadorni, são assassinadas aqui no Estado de Rondônia, aqui em Porto Velho, mas não é dada a repercussão devida para esses casos. Então, graças a Deus nós temos a facilidade de comunicação em relação à imprensa, no caso Raissa, no caso Naiara, realmente está sendo amplamente divulgado. Mas, outros casos acontecem e a sociedade tem que dar uma resposta como a Mara Valverde falou, previamente. Então, eu não tenho dúvida

que infelizmente, Senhor Antônio, infelizmente Senhor Antônio, eu vou para o seu velório, porque o senhor vai ser assassinado porque os representantes que aqui estão não irão fazer nada. Eu espero que mude, eu espero que mude, se não puxarem aqui, se não puxarem a comissão, eu acredito que vá, vai fazer, mas infelizmente se nós não tomarmos uma atitude agora Deputado Euclides, infelizmente eu, você, o Marcos Rogério, o Comandante da Polícia Militar vai participar do velório desse coitado aqui. Eu fico até preocupado, porque falei, Senhor Antônio. Então assim, eu espero que eu não vá para o seu velório. E toda vez que eu venho nessa Comissão, eu venho na Assembleia, e quando começo a discutir esses casos, dá vontade de ficar mais tempo, colaborar mais porque essas situações nos deixa indignando, nos indigna caso como o do senhor, senhor Antônio, e do caso Moisés. Os índices de cocaína... já se sabe quem era o responsável, era o delegado, não tiveram condições e coragem de punir o delegado.

Muito obrigado.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Muito obrigado Dr. Breno, pela sua participação, também.

Olha, inclusive, Comandante, hoje ao meio dia nós falamos da falta de policiamento que está. A população há 20 anos, nós tínhamos se for ver pelo número de policiais o mesmo tanto de policiais, e a população triplicou. Agora, se você fizer um levantamento, tem uma saída, é só pegar todos os policiais de Oficial a Sargento que está no Governo, na Assembleia, à disposição e por na rua para trabalhar, com certeza nós teremos um grande número de policiais nas ruas. Pode ter certeza absoluta, tirando todos. Ah! Mas o Governo precisa de segurança, o Governo pega os RR, aqueles que estão na reserva e põe esse que está na ativa para trabalhar. A Assembleia precisa de segurança, quem puder e quem quiser que contrate o seu segurança, que está ganhando bem para isso. Isso nós falamos hoje na TV e garanto que é intenção desse novo comando fazer isso.

Nós queremos ouvir agora da Mesa, começando, representando a Diretora do Centro de Referência, que Atende a Mulher Vítima de Violência, a Senhora Betânia Cristina Souza Assis.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, desta Audiência Pública, Deputado Euclides, queremos registrar a presença da Senhora Genilda Carvalho, representando a DANTE – AGEVISA; a Senhora Professora Helena de Jesus Abreu Araújo, representando a FIMCA e a Conselheira Geovana Noleto, ela representando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher através do SINDUR, Secretaria da Mulher deste sindicato, e o Senhor Sandro Bacellar, representando o Conselho Setorial de Música Porto Velho.

A SRA. BETÂNIA CRISTINA SOUZA ASSIS – Boa tarde a todos. Em nome da Mesa, das autoridades da Mesa, os Parlamentares Estaduais e o Federal, e em nome da minha equipe do Centro de Referência da Mulher, quero ter a honra de estar aqui representando também a comunidade e principalmente a Prefeitura do Município de Porto Velho. Tem uma apresentação para eu fazer, mas, eu gostaria também de

ter a oportunidade como representante da Rede de Enfrentamento a Mulher Vítima de Violência que infelizmente alguns órgãos não estão aqui, mas o Conselho como a SINDUR, a AGEVISA, Conselho da Mulher, a FEROM, algumas pessoas que fazem parte da Rede de Enfrentamento estão aqui e enquanto representante, eu me sinto lisonjeada em representar a Rede de Enfrentamento.

Quero dizer que eu sou psicóloga, faço parte do quadro efetivo da Prefeitura, acho que isso também me dá liberdade para eu falar alguns pontos porque é uma oportunidade ímpar e acho honroso de Vossas Excelências da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, criar um dia do Não a Violência, Tolerância Zero. Mas, eu acho importante também, porque não é a primeira vez que eu venho, e todas às vezes que eu puder e a minha equipe de funcionários do Centro de Referência puderem comparecer aqui, apesar de ser pequena, nós estaremos aqui para lutar por políticas públicas em prol das mulheres. Então, acho importante Deputado e Comissão de Direitos Humanos, e Senhor Deputado Federal, além de criar dias, efetivar e implementar as políticas públicas que já existem no Estado de Rondônia. Acho importante sim, criar políticas públicas, porque há pouco tempo eu estive representando o Centro de Referência em Ji-Paraná e eu falei para as mulheres agricultoras, trabalhadoras rurais, e elas ficaram encantadas em saber que Porto Velho tem uma Rede de Enfrentamento que funciona, que é atuante. No Brasil, a nossa delegacia é uma coisa muito importante, foi à segunda no Brasil a ser implementada a Delegacia da Mulher, e, no entanto, até hoje, a delegacia não funciona 24 horas. Acho importante quando as autoridades da Secretaria de Segurança Pública se empenham, eles elucidam casos porque como a Mara, eu estive participando junto com ela e com o Senhor Antônio, da “Marcha pela Vida”, inclusive, tiramos fotos, eu fico até triste com aquela família do Arthur, porque quando a polícia e a Secretaria querem elucidar casos, infelizmente, aconteceu de um pai e a mãe estarem envolvidos, como é o caso do Bernardo no Rio Grande do Sul. Então, eu acho que quando os órgãos que são comprometidos se sensibilizam com a causa, porque somos todos nós... nós não queremos viver encarcerados dentro da nossa própria Casa, queremos ter liberdade de andar, de ir e vir, porque temos o livre arbítrio e também temos direitos de andar tranquilamente pela nossa cidade. E algumas coisas que eu acho importante que eu sempre vejo no facebook da Mara: “criar sempre uma cultura de paz e de respeito porque a vida é sagrada”. Isso foi falado ontem no Programa do Esquentão, falaram de um rapaz que foi morto, quem sabe até pelos órgãos que é para proteger o cidadão. Então, eu como católica, penso, que em época de Páscoa a gente pode também “amar a Deus sobre todas as coisas” e como fala o Mandamento, “ao próximo como a ti mesmo”. Então, se a gente criar uma cultura de paz e de respeito, com certeza, e as autoridades fizerem o seu papel, podemos mudar muitas coisas. Também peço aqui mais uma vez, implementem e efetivem as políticas que já existem. Nossa equipe técnica é composta por uma assistente social, uma psicóloga e um advogado, que hoje, infelizmente, está à disposição do gabinete. Então, precisa dar condições para as pessoas que já fazem um trabalho quando tem uma equipe.

Tendo uma equipe pequena nós já fazemos, imagine se tivermos uma equipe completa no nosso Centro de Referência, que atende a mulher vítima de violência.

Vou apresentar um pouco daquilo que trabalhamos lá no Centro de Referência, através da Rede de Enfrentamento à Violência. Existe o disque denúncia 180, que funciona, muitas mulheres chegam através do 180 no Centro de Referência que atende a mulher vítima de violência. O Centro de Referência, é um espaço de acolhimento e atendimento psicossocial e jurídico e foi criado e implementado em 27 de junho de 2008, por meio da Lei nº 1762 de 18/12/07, e tem o objetivo de promover a ruptura desse ciclo de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua autoestima. Nós também realizamos acolhimento quando necessário, às mulheres em situação de risco eminente de morte, encaminhando à Casa Abrigo e realizando todo suporte necessário. Essa equipe que nós falamos aqui, atende tanto média complexidade como alta complexidade. Então, nós atendemos tanto o Centro de Referência quando a mulher procura através da Rede de Enfrentamento espontaneamente como aquelas mulheres que ficam acolhidas. E essa equipe também promove, quando necessário, acesso a benefícios, programas de transferência e renda e outros serviços psicossociais e jurídicos. Então a equipe, como já falei, eu sou psicóloga, muitos casos a gente trabalha sempre em equipe porque não dá para diferenciar direção e psicólogo, quando uma mulher chega lá meio dia e meio, uma hora, se eu estou lá eu atendo enquanto psicóloga porque existe uma equipe pela manhã e uma equipe pela tarde. Tem uma assistente social que está aqui a Danuza; tem uma psicóloga, Thaís; assessora jurídica, Tatiana; as educadoras sociais, Marília, Maria Valdenira, que está à disposição das enchentes e a Vanessa; e uma assistente administrativa, a Silmara; auxiliar de serviços gerais, a Patrícia e o Senhor Agnaldo, que é o motorista, o único bendito fruto entre as mulheres. Então, essa violência, eu acho que não se faz necessário falar porque ela foi criada a violência contra a mulher, violência doméstica foi implementada e efetivada através da Lei nº 11.340, baseado em qualquer ação, omissão, no caso sendo mulher: que causa morte, lesão, sofrimento físico, sexual e psicológico; dano moral e patrimonial. No artigo 6º, constitui uma das formas de violação dos Direitos Humanos. Então o Centro de Referência da Mulher em números, total de 565 mulheres até hoje cadastradas que são mulheres vítimas de violência que chegam até nós tanto de maneira espontânea como através dos órgãos da rede. Pode dizer assim: - poxa, só isso? Mas, nós não temos controle de todas as mulheres que vão à delegacia, nem todas elas chegam até o Centro de Referência porque é da vontade dela. Total de mulheres recebido de janeiro até agora, ainda não acabou o mês de abril... há poucas horas, eu atendi uma senhora às 12 horas e 30 minutos, em torno de 40, 45, total. Até abril, esse mês. Total de caso em 2013, 141. E ainda não fechou 2014, e já tem um total de 81 acolhimentos, eu acho que pula para 85 porque isso aí foi no início do mês de janeiro. E os atendimentos psicossociais jurídicos até abril que ainda não acabou, já foram 2.260 atendimentos. Ai quem bate em mulher machuca a família inteira. E qual é a demanda do Centro de Referência? São mulheres em situação de vítima, de violência doméstica e

familiar a partir dos 18 anos. Elas procuram espontaneamente, quando elas são encaminhadas através da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher, quando os vínculos familiares estão fragilizados ou interrompidos ou quando ela está impossibilitada de receber apoio familiar ou afetivo por diversos fatores. Aqui é um fluxograma que se tenta seguir da norma técnica do Centro de Referências do Brasil, através da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. E os instrumentais que usamos, os livros de registros de atendimentos diários, que fica na recepção quando a mulher chega; registro de denúncia e verificação de demandas, cadastro, porque até hoje ainda chega mulheres que não são demanda nossa, no caso de violência doméstica. Cadastro das mulheres, ficha de atendimento, encaminhamentos para a Rede, fichas de visita domiciliar, relatórios técnicos, relatórios mensais e trimestrais, solicitações e convocações. Atividades que desenvolvemos: rodas de conversa; aqui está uma grande parceira nossa que é a AGEVISA, que tem um Projeto "Resgatando a Autoestima", que trabalhamos, uma grande parceira nossa que é a AGEVISA, onde trabalhamos com as mulheres, vítimas de violência com capacitações em equipe com uma equipe de funcionários do Casa Abrigo e CREAS Mulher. Esse ano vai ser o primeiro, pelo menos na responsabilidade do Centro de Referência. As reuniões trimestrais da rede de atendimento que fazemos parte, campanhas educativas e preventivas permanentes, porque a gente tem um calendário vasto o ano todo, visitas domiciliares e institucionais, atividades em parcerias com outras instituições, acompanhamento das mulheres atendidas, participações em organizações de eventos em datas comemorativas relativas à mulher. E aí algumas atividades que desenvolvemos só para vocês conhecerem um pouco. Isso aqui foi na Ação Global Mulher do ano passado, inclusive, a OAB estava lá também. Então, aí é só para vocês terem uma base. Aqui a maioria das pessoas que compõem a Rede, Promotoria, Defensoria, Casa Abrigo, Coordenadoria. E aqui é o nosso telefone. Nós utilizamos 08006471311, que é do CREAS, plantão social 24 horas, que fica localizado no Jardim das Mangueiras, porque infelizmente, ainda nós não estamos com a nossa linha funcionando por motivos que fogem a nossa vontade. Temos uma linha mais ainda não está funcionando porque mudou pouco tempo e está ao lado da Maternidade Municipal Mãe Esperança, no bairro Embratel, no Espaço Mulher. E aí o nosso e-mail institucional. Obrigada pela oportunidade, estamos à disposição.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Nós queremos avisar que estamos entregando esses livros da Comissão dos Direitos Humanos, hoje, e nós temos mais de 20 mil livros desses que é sobre as Leis, a Lei do ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha. Então, se vocês que trabalham com essas... se quiserem levar mais de 01, 10, 20 para deixarem em alguns locais! No gabinete do Deputado Ribamar Araújo, podem buscar lá, que nós recebemos. Hoje, aqui e no nosso gabinete tem esses livros para distribuir para essas Entidades que fazem uso e precisam, até para desfazer o que eu ouvi no meio de comunicação falando mal da Lei Maria da Penha, é porque a pessoa não conhece a Lei Maria da Penha, mas é uma das maiores Leis que foi inventada até hoje para proteger a mulher.

Eu acho que a pessoa desconhece, por isso mal da Lei Maria da Penha.

O SR. LENILSON GUEDES (Presidente) – Só registrar a presença do Tenente Coronel PM Bonfim, Chefe da Comunicação Social da Polícia Militar e também da Senhora Maria das Graças Costa Paiva, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Rondônia.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Agora nós teremos representando os Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Uelinton Felipe Azevedo de Oliveira.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sabendo da dinâmica, Sua Excelência o Senhor Deputado, pede que os Oradores atendam ao prazo estabelecido.

O SR. UELINTON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos os presentes, as autoridades que compõem a Mesa, as famílias das vítimas da violência.

Em primeiro lugar eu tenho que parabenizar a iniciativa do Deputado Euclides, junto à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, com os seus membros. A OAB também louva as entidades que lutam, uma luta constante em defesa dos Direitos Humanos, das mulheres. Enfim, o Presidente Andrey nessa sua gestão junto com o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Dr. Rodolfo Jacarandá, o qual eu estou representando desde a posse dessa nova gestão, nós da OAB estamos tendo uma luta constante e incansável na busca de cada vez mais buscar iniciativas, investimentos. Estamos tentando acompanhar a demanda que nós temos hoje na nossa cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia e no Brasil. O nosso Presidente da comissão, o Dr. Rodolfo Jacarandá, também participa de uma comissão junto ao Conselho Federal da OAB, mas precisamente na Comissão de Assuntos Penitenciários que hoje sabemos que é uma demanda difícil de lidar, o nosso Estado já tem uma situação complicada ao longo dos anos aí que o Governo vem tentando minimizar e a OAB também participa desse processo e estamos preocupados com os últimos acontecimentos, como ouvimos vários relatos aqui do Dr. Breno, como das vítimas, uma situação complicada, de omissões, estão relatando omissões das autoridades competentes em apurar. Então, a OAB vai mais do que nunca, como sempre fez... é uma situação complicada, às vezes muita gente acha que os Direitos Humanos são só para os bandidos, para os vagabundos, e não é. Então, a OAB está à disposição, temos um trabalho difícil agora com essa situação aqui da nossa cidade, estamos nos revezando, por isso a ausência do nosso Presidente aqui, também porque a estamos em revezamento em abrigos, procurando acompanhar esse pessoal aí que está numa situação difícil, que inclusive eu achava até que ia ter muita gente deles aqui porque interessa também não só eles, mas como toda a população. Mas, nós estamos à disposição, e mais uma vez dizer que os Direitos Humanos não é só para bandidos como todo mundo acha que é, é de toda sociedade e eu estou feliz em saber que está sendo propagado essa missão do que é Direitos Humanos, que hoje está cada vez mais em discussão.

Essa Lei é uma situação, é uma iniciativa única que eu tenho notícia, pelo menos nas Assembleias Legislativas, não tenho conhecimento se tem em outro lugar. Inclusive, a OAB, já recebi agorinha pelo telefone para encaminharmos isso para o nosso Conselho Federal, vamos buscar uma política pública no sentido de que isso seja difundido nas demais Assembleias Legislativas, junto com o Deputado Federal que aqui está, para difundirmos isso porque essa é uma situação, como a senhora falou ainda a pouco sobre a questão da Delegacia da Mulher. Fomos pioneiros, e queremos ser pioneiros em todo país, e porque não na Corte Interamericana também. Vamos levar isso para Corte Interamericana de Direitos Humanos. Então, estamos à disposição da sociedade como sempre estivemos. A OAB todo mundo sabe aonde está, na Afonso Pena. Os telefones, também tem o nosso site, estamos à disposição dia e noite, 24 horas por dia, a Comissão de Direitos Humanos para acompanhar todos vocês, quem precisar. Estamos à disposição. Muito obrigado.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Muito obrigado doutor.

É muito importante isso, inclusive, conversando com o Deputado Ribamar, nosso Deputado, vice-presidente... doutor, nós queremos lhe convidar, nós queremos descer à BR. Mulheres vítimas de violência, precisam de um local reservado para conversar com a delegada e na maioria das delegacias não tem esse local, aí a mulher não consegue falar o que ela quer, e a dificuldade... isso foi feito na outra Audiência que tivemos, não é Mara? Solicitamos isso do Governo e até o momento não tivemos resposta, como também solicitamos o atendimento 24 horas, mulher não é agredida só até às 06 horas da tarde, muito pelo contrário, as agressões acontecem após às 18 horas. Então, a Delegacia da Mulher tem que funcionar 24 horas, isso é uma exigência.

Eu quero só registrar a presença da Dra. Ana Valesca. Muito obrigado Doutora, a senhora que tem um grande trabalho, é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONDECA, do Estado, sabe que a maioria dos Conselhos Tutelares não tem nem carro para andar, alguns não tem nem telefone, não tem nem telefone, quer dirá carro para andar.

Nós vamos ouvir agora... para fazer uso da palavra, convidamos a Excelentíssima Senhora Maria da Penha, Superintendente Estadual de Promoção da PAZ, ou seja, SEPAZ.

A SRA. MARIA DA PENHA – Boa tarde aos senhores, as senhoras, quero cumprimentar o Deputado Estadual Euclides Maciel, o Deputado Estadual Ribamar Araújo, o Deputado Federal Marcos Rogério, cumprimentar o Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia, Dr. Reis, em nome do qual cumprimento a Mesa e todos os senhores aqui presentes.

Deputado, eu fiz uma apresentação muito interessante, eu, nesses últimos dias tenho feito uma análise profunda em relação a violência em Rondônia e no Brasil, e eu comecei a fazer uma pesquisa, porque eu queria mostrar, hoje, alguns dados concretos, não só de Rondônia, mas do Brasil e que é

assustador e nos últimos anos tem sido cada vez pior. Lembrando que nos 500 anos de Descobrimento do Brasil nós passamos por processos, infelizmente, degradante da sociedade, eu falo que um dos maiores foi o processo da escravidão, nós não conseguimos vencer isso, infelizmente. Infelizmente, o Brasil ainda não conseguiu superar um processo de escravidão que culmina para um processo de violência em todos os sentidos, e quando falamos de violência, vale lembrar que a violência é no sentido amplo, a violência doméstica, a violência sexual, a violência com os jovens, com mulheres, com idosos. O nosso País pelo que me parece, vem passando por um processo de degradação cada vez maior, porque nós perdemos, infelizmente, nós perdemos essa sensibilidade com relação a pessoa humana. Então, quando, hoje, Deputado foi criado aqui uma Lei, um Projeto de Lei para instituir o Dia 28 de Abril como o Dia Estadual da Tolerância Zero – Diga Não à Violência, para mim, isso é muito importante. Eu venho de um processo de trabalhos com políticas públicas sociais em todos os sentidos, principalmente, no que quer dizer a violência contra pessoa humana.

Nós tivemos recentemente aqui no Auditório da OAB, um Fórum Estadual para a escolha de membros da sociedade civil para fazer parte do Conselho Estadual de Direitos Humanos, naquele dia eu me emocionei bastante porque eu disse o seguinte: “36 anos de Rondônia, 36 anos de uma luta para defender os direitos humanos da pessoa humana”. Direito da mulher, direito do índio, direito do negro. Em 1977 eu já contei essa história aqui, Deputado. Eu tive que fazer um enfrentamento e criar o 1º Conselho, o 1º Movimento Negro no Estado de Rondônia, que na época foi o Grupo de Consciência Negra, para poder fazer o enfrentamento em relação à violência sofrida na minha própria família por conta da cor da pele. Então, quando nós falamos de violência, esta violência está intrínseca em todos os segmentos da sociedade, me parece que hoje ela agrava muito mais, e por que agrava muito mais? Por conta da questão das drogas que tem assolado a nossa sociedade, nossos meninos e nossas meninas. Então, diante disso, eu peguei aqui de toda essa apresentação maravilhosa que eu fiz, um registro simplório só para mostrar para os senhores o que acontece com o nosso País nos dias de hoje. O mapa da violência de 2013, eu acho que ele mostra bem o retrato desse País que nós estamos passando por essa degradação e essa desconstrução de valores. Minha gente, nós não podemos mais aceitar mãe matando filho e pai matando filho. Eu costumo dizer que nós chegamos ao final dos tempos. Quem é cristão, que lê a palavra de Deus, eu acho que pode muito bem fazer essa análise, não é mais aceitável falamos de violência como que se nossa família, estivéssemos protegendo os nossos filhos, enquanto o maior número de violência que tem acontecido nos últimos anos, tem sido dentro da própria casa com seus familiares. Vocês imaginam um pai, uma mãe, uma madrasta, um tio, uma tia, assassinar uma criança de três, quatro anos. Então, nós precisamos mudar os nossos valores, talvez seja preciso investir num trabalho de reconstrução de valores, de princípios cristãos e familiares. Me parece que se começarmos por aí, eu acredito que com essa Lei, Deputado, que é um passo importante e fundamental, porque neste dia nós podemos fazer um grande movimento

em Rondônia, para poder fazer com que as pessoas comecem a se amar mais, porque o que me parece é que está faltando o amor na sociedade. Então, a nossa tendência é jogar a culpa no Governo, a culpa na Assembleia, a culpa na polícia, a culpa em tantas pessoas, mas a culpa enquanto país, enquanto mães, enquanto família é nossa, porque muitas vezes não temos protegido os nossos filhos, os nossos jovens. E eu olhando aqui alguns dados, me assustou bastante, porque cada vez mais a violência vem crescendo nesse País. Registros do SIM, que está lá no mapa da violência de 2013, ele faz uma referência bem forte em relação a 1980 à 2010, diz que chega perto de oitocentos mil cidadãos que morrem todos os dias por disparo de algum tipo de arma de fogo e mostra que nesse mesmo período, oito mil setecentos e dez pessoas morreram por algum tipo de violência. Então, nós temos uma guerra interna no País, nós estamos tendo uma guerra no Brasil, nós estamos tendo uma guerra em Rondônia e em todos os Estados.

Eu fiz uma análise na região Norte. A região Norte, Rondônia, está, vamos dizer assim, numa situação ainda confortável em relação ao Acre e em relação à Amazônia. Então, nós precisamos fortalecer as políticas públicas, porque leis e políticas públicas nós temos muitas, o que nós precisamos é fortalecer a cada dia mais. No ranking mundial o Brasil está entre os dez países mais violentos do mundo. Gente, nós somos um país democrático, nós precisamos vencer esses vestígios da escravidão, porque senão, daqui a pouco nós não sabemos mais o que fazer e nem sabemos mais quem somos. Eu acredito, Deputado, que as políticas públicas precisam ser fortalecidas cada vez mais. Quando o senhor fala da Delegacia da Mulher, nós precisamos que as nossas Delegacias da Mulher, realmente sejam abertas 24 horas, porque o maior índice de violência hoje ainda é no seio da família, ainda é violência doméstica. E quando a gente fala em violência doméstica envolve a mãe, envolve os filhos. Então, a gente tem que pensar nesse conceito geral que infelizmente ainda é um indicador degradante da nossa sociedade. Quero aqui também, Deputado, fazer menção a esta Secretaria, esse serviço que nós ocupamos hoje que é uma Superintendência de Estado da Promoção da Paz, me parece que para construir a paz não basta só um segmento, seja ele governamental ou não governamental, para construir a paz precisa ser todos nós de mãos dadas porque o processo de paz e o processo de violência, ele nasce dentro de cada um de nós. Eu quero aqui também colocar para os senhores que esse serviço que está hoje implantado no Estado de Rondônia, mostra claramente o que nós estamos vivendo, foi criado o Centro de Violência para acolhimento da família acometida pela dependência química, e de agosto até agora nós já atendemos mais de oitocentas pessoas pedindo socorro, mães e pais chorando porque estão perdendo os filhos para as drogas. E eu fico às vezes, Deputado, muito angustiada porque nós tentamos fazer e colocar todo o nosso potencial, e muitas vezes me parece ainda ser pequeno e pouco diante da grande problemática que existe nesse país e nesse Estado. Quero aqui também lembrar que todos os dias nós recebemos casos de violência doméstica e a maioria desses casos está vinculada à questão da dependência da droga, é meu marido que é alcoólatra, é meu marido que é traficante, é meu marido que é usuário de crack, é meu filho que é usuário

de crack e é esse o maior problema que nós enfrentamos todos os dias. E digo que os maiores casos de violência acontecido nesse País, como aconteceu agora no Rio Grande do Sul, aquelas pessoas não estavam em sã consciência. Ninguém pode cometer crimes bárbaros como esses que estão acontecendo no País, se ele não estiver sobre o efeito de entorpecentes.

Quero me colocar à disposição dos senhores para qualquer pergunta, qualquer questionamento e vamos juntos fazer a diferença. Tenho certeza que eu sozinha, nem minha equipe, nem o Secretário de Segurança Pública, nem a Assembleia Legislativa, nem o Governo do Estado de Rondônia irão resolver o problema de violência no Estado de Rondônia. Precisamos estar de mãos dadas todos juntos para fazer um País melhor.

Muito obrigada.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Muito obrigado Secretária.

Nós temos agora, vamos ouvir o Secretário de Segurança do Estado de Rondônia Defesa e Cidadania, e ainda temos o Deputado Federa, que também é da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal, e é importante que nós possamos ouvir um representante da Câmara Federal, o Doutor Reis.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Euclides Maciel, que está presidindo essa Audiência, e de antemão já parabenizá-lo dessa iniciativa. Somente nós que fazemos segurança pública sabemos da importância do envolvimento de todos no combate a criminalidade e a violência. Cumprimentar o Deputado Federal Marcos Rogério; minha colega Penha; Coronel Pachá; a senhora Betânia, que compõe aqui a Mesa; aos Deputados Ribamar Araújo e Licório; as colegas de trabalho Rosilei e Leisaloma; os demais colegas da Polícia Civil; Tenente Coronel Bonfim, e demais Policiais Militares que estão aqui; as famílias, que de certa forma foram vítimas de alguma violência; demais pessoas aqui presentes.

Bem eu vou começar falando diretamente, porque a cada demanda que foi trazida aqui, até para não perder tempo e a gente não ter oportunidade de dar uma resposta àquelas pessoas que vieram aqui pedindo um auxílio, diante da gravidade ou daquilo que esteja incomodando essas pessoas, cabe ao Governo trazer essas respostas. Então, em primeiro lugar o senhor Antônio, eu não estou o vendo aqui mais, eu gostaria de dizer a ele que independentemente da reunião que a comissão fará na próxima quarta-feira, eu vou oficialar a Polícia Civil pedindo algumas informações, até porque eu tive, estou aqui de posse de um depoimento prestado naquela instituição, e eu vou pedir que eles me informem efetivamente o que está acontecendo.

Com relação ao caso do senhor Moisés, eu gostaria de dizer para a família que o fato da gente ainda não ter descoberto efetivamente como tudo aconteceu, também nos incomoda. A gente vem trabalhando rotineiramente, e existem alguns casos sérios que a Polícia conseguiu desvendar. Sabemos que a dificuldade é muito grande, mas eu posso lhe garantir, garantir a mãe do Moisés que veio aqui e se pronunciou, de que a

polícia não vai parar de trabalhar, ela fará o máximo para poder dar a resposta que a senhora tanto precisa.

Com relação ao envio do Inquérito Policial para a Homicídios, eu também vou cobrar da Direção Geral uma posição, já que a senhora me disse que isso já foi levado, já foi levado ao Secretário, Dr. Bessa, e eu acho que consequentemente ao Dr. Pedro. Mas de qualquer forma eu vou fazer essa cobrança e vou conversar com os delegados que estão trabalhando e aqueles que possivelmente poderão assumir o caso. Eu acho que o mais importante agora, independentemente de onde esteja o inquérito, é exatamente dar uma resposta, se tiver que unir o primeiro DP que é onde tramita esse inquérito, com a Homicídios, nós vamos fazer isso. O mais importante agora, é dar uma resposta que tanto a senhora deseja, mas não é só a senhora, é também o policial que está lá no dia a dia, e ele se incomoda com mais um inquérito, ele não quer que qualquer caso, caia numa vala comum de tantos outros inquéritos que nós temos por aí. E no caso, propriamente dito, com relação aos homicídios, eu gostaria até deixar de claro, que a Polícia Civil vem resolvendo 80% dos casos de homicídios. Isso é um índice muito alto perante um País que não observa e que não dá o cuidado necessário para a Segurança Pública. De qualquer forma a gente tem avançado. Me comprometo com a senhora e com a família do Moisés, também, para ver isso.

Com relação à violência contra a mulher, é um desejo nosso, da segurança, e a gente vem tentando fazer parceria com o Ministério da Justiça, no sentido de conseguir meios para que não só em Porto Velho, mas também no interior, possa haver esse atendimento vinte quatro horas. Só que existem empecilhos, existe dificuldades, nós temos algumas questões que precisam ser ultrapassadas. Mas de qualquer forma, quero deixar claro que as ocorrências não são deixadas de lado, elas são atendidas. No interior, por exemplo, é um delegado às vezes, um homem que atende essas ocorrências, às vezes só existe um delegado numa localidade, e é ele quem faz esse atendimento. Por mais que se queira criticar a forma como é atendida a ocorrência... mas o mais importante é saber que a pessoa está sendo atendida. É isso que nos importa, é não deixar a pessoa que procura a segurança, fique sem uma resposta.

Com relação à Raissa, infelizmente... eu até aproveito para inserir algumas palavras dentro daquilo que eu acho que eu devo trazer para os senhores. O que acontece, hoje, na verdade, é que nós estamos pagando uma conta, nós começamos a pagar uma conta. E essa conta, começou a surgir a partir do momento em que Governos anteriores, e eu digo os Federais e Estaduais, não se preocuparam com a segurança pública, mas sabemos muito bem que não é só a questão da segurança pública, ou políticas de segurança pública, mas políticas em todas as áreas, como educação, por exemplo, e educação, eu quero dizer, no sentido amplo. A educação religiosa, na minha época tinha a matéria CRV, sobre civismo, Ciências Morais e Cívicas, alguma coisa nesse sentido, cada localidade tinha uma sigla para esse tipo de matéria. Então percebemos que não existe mais isso. Então o fato de você não ter uma política efetivamente voltada para a sociedade em todas as áreas, o que acontece? acaba gerando a

intolerância, a falta de amor, e é o que está acontecendo com o nosso País hoje. É intolerância, hoje se mata por qualquer coisa, por causa de uma bebida, por causa de um jogo de carta em determinado bar. Então ficamos preocupados. Como fazer, então, com um namorado que pega e mata sua namorada? com um pai que mata o seu filho, ou com o filho que pelega, se arma e mata os seus pais por herança, nós temos tantos casos pelo país afora. Então, tudo isso nos preocupa. Precisamos saber da importância que nós temos e queremos com relação àquilo que nós vamos querer para frente. Há uma obrigação nossa de tentar trazer um pouco mais de segurança. E é isso que nos importa dentro da Secretaria de Segurança, é dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. E já quero deixar também registrado que se fez muito nesses três anos. Eu sou Delegado de Polícia há 21 anos, sei que não é o ideal, não vivemos num mundo ideal, mas daquilo que nós pretendemos, já conquistamos bastante. Nós temos, sim, capacitado os nossos policiais, temos tentado valorizá-los da melhor maneira possível, temos buscado dar condições de trabalho. Como eu falei, dentro desses 21 anos de Polícia, eu nunca vi um Governador chegar e falar assim: - Eu vou disponibilizar cento e cinco milhões de reais para que haja estrutura para os policiais trabalharem. Eu nunca ouvi isso. Eu espero que a gente, agora, que é o trabalho difícil, que é executar... e isso eu sempre falei para o Governador. Falei: - Governador, de antemão eu lhe agradeço pela disponibilização desse recurso, mas agora nós vamos ter que arregaçar as mangas para poder trabalhar, e trabalhar muito, porque o fato da gente conseguir o recurso não quer dizer que aquilo lá vai se concretizar. Então nós temos que trabalhar muito para que essas condições, efetivamente, cheguem até o policial. Mas não é só para o policial, mas também para a sociedade, para que ela tenha um atendimento digno. Esse é o grande problema. A gente não se preocupa com a dignidade da pessoa em todos os sentidos. Então, o que nós temos que mudar é a cultura, a cultura do brasileiro como um todo. Então, Deputado Euclides, eu, mais uma vez, quero deixar a Secretaria de Segurança à disposição de todos. Dizer para os senhores que é uma tônica da Segurança, trabalhar em prol da população. Sabemos das dificuldades, como eu disse, mas podem ter certeza de que nós não vamos nos furtar de estar aqui presentes todas às vezes que esta Casa nos chamar para trabalhar. E vamos tentar dar a resposta necessária a tudo aquilo que for preciso.

Peço desculpas àqueles que não podemos dar uma resposta a contento, mas tenham certeza de que o empenho será grande. Tenho certeza de que o nosso pessoal, tanto da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros vem trabalhando com afinco.

Muito obrigado a todos.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Muito obrigado, Secretário de Segurança.

Agora nós vamos ouvir, representando também a Comissão de Constituição e Justiça, Direitos Humanos da Câmara Federal, o Deputado Federal, Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO – Sr. Presidente, Nobre Deputado Euclides Maciel, a quem eu cumprimento pela iniciativa desta Audiência extremamente importante para o debate de assuntos da maior relevância. Cumprimento também o Secretário de Estado da Segurança Pública, Defesa e Cidadania, Dr. Reis; Secretária Penha, representante da OAB, o representante da Polícia Militar, representante da municipalidade de Porto Velho, também, nossas homenagens pela exposição. Senhoras e senhores, nossas saudações. Quero cumprimentar o Deputado Ribamar e o Professor Licório, Deputado nesta Casa, a quem estimo muito.

Senhor Presidente, eu queria, inicialmente destacar a iniciativa de Vossa Excelência, compreendendo a importância que tem a Comissão de Direitos Humanos, não só no âmbito da Assembleia Legislativa como também no Parlamento Federal. A esta Comissão cabe receber, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos. É bem verdade que há uma incompreensão por parte da sociedade quanto ao real papel da Comissão de Direitos Humanos, não só aqui na Assembleia, mas também no âmbito Federal. E muito disso, se deve ao próprio comportamento dos órgãos de defesa dos direitos humanos e estendo esta mesma avaliação aos órgãos das instituições representadas, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil. Porque, não raramente, quando acontece um dano à vida, um dano que mexe com a sociedade, normalmente se tem a Comissão de Direitos Humanos ou os representantes dos direitos humanos indo procurar não a família vítima da violência, mas, às vezes, procurando aquele criminoso que foi preso, que está em condições, às vezes, não das mais adequadas, e aí a defesa se volta para o algoz e não para aqueles que são vítimas dessa violência. Então, há uma incompreensão por parte da sociedade, justificada por essa inversão de valores. Agora, a Constituição Federal, já no seu artigo 1º, estabelece como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana. Toda pessoa tem direito à proteção da sua dignidade. Eu tenho atuação na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e sentimos isso.

Recentemente nós fomos, num grupo de Parlamentares, aos Estados Unidos, por ocasião de uma denúncia de violação de direitos humanos com relação aos mais de três milhões de brasileiros que vivem naquele país. Já foi um número muito maior, hoje está na casa de três milhões. E quando lá chegamos, essas mesmas inquietações, esses mesmos questionamentos que nós temos no Brasil, concernente ao papel da Comissão de Direitos Humanos, também vimos lá naquele país. E vimos e ouvimos de pessoas que eram justamente alvos da nossa ação. Então, eu queria fazer essas ponderações para depois dizer que de todas as falas que ouvi aqui, eu quero dizer que com base nos casos concretos que foram aqui denunciados, o Secretário de Segurança Pública já anunciou aqui as medidas que deverão ser adotadas. Acho que isso é o mínimo que se pode fazer. É obrigação do Estado, dá proteção à sociedade, e quando há violação de direitos, minorar os efeitos dessa violação. Acho que esse é o papel do Estado, que aqui não cumpre mais do que a sua obrigação. Agora, das abordagens que vi aqui, acho que a mais importante, Dr. Ribamar, é aquela que mencionou o papel da prevenção. As Comissões, sejam

elas daqui da Assembleia ou da Câmara Federal, devem trabalhar no sentido de prevenir o dano para que a sociedade não seja vitimada. E eu penso que o legislador precisa atuar sempre, Deputado Euclides Maciel, e mais uma vez digo que esse é o papel fundamental deste ambiente, porque permite discutir isso, justamente na pacificação social a partir da produção Legislativa. E muitas das vezes o legislador brasileiro, da Assembleia à Câmara Federal, trabalha na contramão disso, produzindo leis que causam, ao invés da pacificação social, o contencioso, a disputa, a rivalidade. Exemplo disso, trago agora aos senhores e às senhoras... estamos a discutir em Brasília, o novo Código Penal Brasileiro. Será que o novo Código Penal Brasileiro vem com filtro dos direitos humanos ou daquilo que nós atribuímos maior valor enquanto ser humano? Infelizmente o Código Penal não passa pela Comissão de Direitos Humanos. Ele passa por uma Comissão Especial e vai para a Comissão de Constituição e Justiça e depois para o Plenário. Agora, vejam os senhores, maus tratos a animais no novo Código Penal Brasileiro, quatro anos de cadeia. Eu não sou a favor de maus tratos a animais. Acho que o animal tem direito à proteção, a cuidados, óbvio. Mas são quatro anos, de um a quatro anos de cadeia para maus tratos a animais. Só para esclarecer, em Rondônia, para aqueles que conhecem bem, usar uma sela em um animal e puxar a barrigüeira com força, é maus tratos de animais; usar espora no cavalo é maus tratos a animais, freio de boca, maus tratos a animais, quatro anos de cadeia. Agora tem um detalhe, tem delegado aqui, se um cidadão com uma arma branca, com uma faca, tentar matar o outro e não conseguir e o delegado por alguma razão não enquadrar por tentativa de homicídio, enquadrar o elemento por lesão corporal, vai pegar no máximo um ano de cadeia. Vale mais o pelo de um cavalo do que a pele de um ser humano. Será que no crivo dos direitos humanos, esta legislação está na direção certa? Digo mais, se você chegar à porta da sua casa, à luz do novo Código Penal Brasileiro gestado no Parlamento Federal, e tiver lá uma criança machucada e um cachorro machucado, a quem prestamos socorro primeiro? Porque é obrigação nossa prestar socorro. Obviamente que prestamos socorro primeiro à criança, é natural, aquilo que nós mais valorizamos, vamos dar atenção maior a ela. Se lerem o novo Código Penal Brasileiro, antes de prestar socorro, certamente que o cachorro vai para o veterinário e a criança fica agonizando no chão. Porque diz o novo código: deixar de prestar socorro a animal que esteja machucado ou em perigo, quatro anos de cadeia; agora, deixar de prestar socorro a uma criança ou a um idoso abandonado, machucado ou em perigo: de um a seis meses de cadeia, ou multa. Passa pelo crivo dos direitos humanos uma legislação como essa? Então, quando eu digo aqui que o aspecto preventivo, se torna até mais importante do que o corretivo, é nesse contexto. E o legislador precisa trabalhar no sentido da pacificação social, e não no sentido de promover na sociedade desconforto. Não se discute aqui abuso aos animais, não se discute aqui a desnecessidade de se prestar socorro a um animal machucado ou em perigo, não. Agora, a quem a sociedade brasileira atribui mais valor, à criança ou ao animal? A uma

árvore em pé, ou a um ser humano? Então, dentro da filosofia jurídica do Direito Penal, você tem que seguir duas diretrizes na formação da norma: proporcionalidade e taxatividade. Não pode ter lei penal em branco e a norma tem que ter proporcionalidade. Eu pergunto: do ponto de vista dos valores da sociedade, o que eu citei aqui é proporcional? Nós damos mais valor para um animal do que para uma criança? Eu penso que não. Senhores e Senhoras, eu quero finalizar, eu já extrapolei o tempo, me perdoe, Presidente, me perdoe. Com duas advertências apenas mais... nós estamos numa audiência pública discutindo direitos humanos, e o que muitas pessoas querem é direitos humanos para humanos direitos. E quando se pratica direitos humanos para humanos, não tão direitos há uma reação da sociedade, compreensível, é verdade. Agora, veja o que também vem no novo Código Penal Brasileiro, dos crimes contra a dignidade sexual, quem teve a oportunidade de ler o texto que está tramitando no Senado Federal, texto esse elaborado por uma comissão de juristas dos mais renomados do Brasil, verão no artigo 186 da proposta... eu questiono se tem criança aqui? Tem criança? Eu vou usar uma linguagem que todos compreendam sem entrar nas minúcias, manter relação sexual nas modalidades que especifica, digo eu, com pessoa que tenha até 12 anos, 12 anos, pena de 8 a 10 anos de cadeia. Deixa eu perguntar para vocês, o que diz a Constituição Federal e o que diz o Código Penal a partir do artigo 1º? Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia combinação legal, ou seja, se a lei não define o crime, não existe crime. E se não atribui pena, não tem punição. A lei está dizendo que manter relação com pessoa que tenha até 12 anos, o tipo penal está definido. "Ah! Mas se tiver estupro de uma pessoa que tenha 14, 15, 16, 20, 50, 60, 70, 100 anos, é crime de estupro, obviamente". Não estou falando disso, eu estou falando do tipo penal do estupro de vulnerável que já foi 16 anos, caiu para 14 anos, e o novo Código Penal está reduzindo para 12 anos de idade. Sabe o que significa isso aqui? Meus senhores e minhas senhoras, significa favorecimento a pedofilia no Brasil, favorecimento a pedofilia no Brasil. Esta proposta está na linha dos direitos humanos? Eu penso que não, eu penso que não. Senhores, eu concluo a observação sobre o novo Código, Senhor Presidente, trabalhando o artigo 189. O 189 diz o seguinte: "Submeter, atrair ou induzir a prostituição pessoa que tenha até 12 anos, pena de 4 a 10 anos de cadeia". Sabe o que significa aqui? Vamos usar a hermenêutica mais simplista, significa dizer que a partir dos 12 anos, no Brasil, a criança está liberada para se prostituir a vontade porque não é crime. Eu questiono, Senhores e Senhoras, isso passa no crivo dos direitos humanos e no crivo da dignidade da pessoa humana? Eu penso que não. Mas está tramitando no Senado Federal. Por dever de justiça eu tenho que dizer que esses dois artigos e mais aquele que legaliza plantio, colheita, depósito e transporte de drogas para o consumo pessoal, que também estava na proposta original, nós conseguimos derrotar na Comissão Especial no Senado Federal, derrotamos a proposta, mas não acabamos com ela, porque enquanto a proposta não for votada no Plenário,

qualquer Senador ou depois qualquer Deputado pode fazer um destaque e ela volta novamente ao texto. Então, Senhores, eu concluo a minha fala fazendo essas observações, Deputado Euclides, ressaltando esse papel fundamental deste debate que Vossa Excelência traz nesta data, além de discutir questões concretas, como o fato ocorrido lamentável que vitimou famílias que aqui estão. Eu penso que nós temos o dever de minimizar o sofrimento dessas pessoas, mas o trabalho de maior importância que nós vamos fazer aqui será traçar caminhos para que no futuro nós não tenhamos pessoas como essas que estão aqui, vítimas da violência por um erro do próprio Legislativo, por um erro do próprio Poder Público. Se nós fizermos isso, acho que estaremos dando uma grande contribuição ao País.

Mais uma vez cumprimento Vossa Excelência pela iniciativa louvável, aplaudida por nós da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional. Levarei as sugestões que foram apresentadas aqui na Assembleia para que a nossa consultoria jurídica nos dê as diretrizes de aproveitamento porque acho que são temas extremamente oportunos.

Com relação à Lei Maria da Penha que foi apresentada ali, apenas uma informação. Até há pouco tempo o texto da Lei Maria da Penha diz que a ação penal para os casos de violência contra a mulher é Ação Penal Pública condicionada a representação, todavia, o Supremo Tribunal Federal por decisão de maioria de seus membros entendeu que no objetivo maior de proteger a mulher, vítima da violência, essa ação não é mais condicionada a representação, ou seja, violência contra mulher, agora é Ação Penal Pública Incondicionada, teve o crime, teve a lesão, teve o dano, independente se seja grave ou leve, o Ministério Público tem obrigação de representar contra o agressor. Aos senhores e senhoras, minhas homenagens por esta audiência. Deputado Euclides, homenagens a Vossa Excelência e a todos os atores que estão aqui participando deste debate de salutar importância. Meus parabéns.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Marcos Rogério.

Olha, eu recebi aqui, acho que é de um professor dizendo o seguinte: “Falar de violência é muito fácil numa audiência como esta, agora nós precisamos descobrir as causas e tentar combatê-las, o que é difícil, e algumas dessas violências eu vou dizer: acontece na escola, quando falta Professor de Matemática, de Física, faltam Professores. Essa é uma das grandes violências que um país que investe cento e setenta e dois bilhões em segurança e oitenta e dois milhões em educação, eis aí o caso de tanta violência. Um abraço Professor Sabiá que está lá atrás e muito bem feito.

Para concluir, ainda dizendo que todos acompanharam e vê em estádio, chegou-se... era a expectativa de gastar sessenta bilhões, chegou a duzentos bilhões em estádio para a Copa do Mundo.

Agradeço a todos.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública,

ainda dizendo a cada um que estes livros estão aí à disposição das pessoas que quiserem levar para as entidades, e convidamos a todos para participarem do julgamento do caso Raissa Lopes, que será dia 20 de maio, no Tribunal de Justiça.

Aqui ao lado, será servido um coquetel a todos os presentes.

Muito obrigado.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 41 minutos).

ADVOCACIA GERAL

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO N. 001/2013

QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS – UNALE E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO

OBJETO: a PRORROGAÇÃO da parceria entre a ALE/RO e a UNALE, de rotinas de trabalho, cursos, treinamentos e pesquisas visando a maximização dos recursos humanos, físicos e financeiros alocados para o aprimoramento tecnológico e contribuição para o relacionamento institucional entre as Casas Legislativas da federação, e demais cláusulas previstas no Termo de Cooperação.

PRAZO: o prazo de 02 (dois) anos, a contar de 01 (um) de abril de 2.014, ultimando-se em 31 (trinta e um) de março de 2.016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação: Natureza da Despesa: 339039 - Programa de Trabalho:- 01122102020620000 - Evento: 400091- UO: 1001 - Nota de Empenho: 2014NE00372 emitida em 31/03/2014, e por ocasião poderá haver posterior complementação para o exercício de 2015.

Por estarem assim combinados, assinam o presente Termo Aditivo ao Termo de Cooperação, que segue em duas vias de igual teor e forma, sendo registrado no Livro de Termo de Cooperação, página 04, desta Advocacia-Geral.

Porto Velho, 31 de março de 2014.

Contratante -

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO
Deputado Maurão de Carvalho - Presidente em exercício

Contratado:

União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE
Dep. Sergio José Leite de Melo - Presidente da UNALE